

INDÚSTRIA

Abdib critica a falta de investimentos

País está em deterioração, alerta a entidade em anúncios nos jornais

ROLF KUNTZ

Os fabricantes de equipamentos resolveram dar um susto na sociedade e lembrar o que poderá acontecer, dentro de poucos anos, se não houver suficiente investimento em energia, transportes e telecomunicações. O setor público vai tão mal de dinheiro que até a Petrobrás — pela primeira vez em décadas — começou a atrasar pagamentos a seus fornecedores, diz o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), Antônio Teófilo Orth. O assunto, segundo ele, não parece comover os candidatos à Presidência da República. Por isso os empresários do setor de bens de capital decidiram mostrar à opinião pública, por meio de anúncios de página inteira nos grandes jornais, como o País está em deterioração.

Quando o governo investe menos, as primeiras vítimas, naturalmente, são as empreiteiras e os fabricantes de bens de capital. Hoje, o faturamento dos fabricantes de grandes equipamentos, no mercado interno, depende do setor público e do setor privado em partes mais ou menos iguais. Em 1986, as encomendas do setor privado garantiam apenas 30% da atividade. Em 1988 essa parcela já havia chegado a 45% e neste ano deve ter crescido um pouco mais, segundo avaliação de Orth. Em 1989, os produtores de bens de capital devem faturar cerca de US\$ 2,8 bilhões no mercado interno e mais US\$ 400 milhões com a exportação. No ano passado a receita total, incluída a dos produtos exportados, chegou a US\$ 3,7 bilhões.

MAIS CERVEJA

O aumento das encomendas privadas — especialmente para projetos de papel e celulose, indústrias de sucos, petroquímica,



Maria Marimoto/AE-17/11/88

Orth: agora até a Petrobrás está atrasando pagamentos

fábricas de óleos vegetais e expansão de grandes cervejarias como a Kaiser, a Antarctica e a Brahma — compensa apenas em parte, portanto, a redução dos investimentos públicos. Como consequência, não deverá faltar cerveja nos próximos anos, mas a eletricidade para fabricar as geladeiras e para mantê-las em funcionamento poderá ficar escassa. Paralisadas ou em marcha lenta estão as obras de usinas projetadas para gerar entre 6 milhões e 7 milhões de quilowatts, lembra Orth. Essa deveria ser a potência acrescentada ao sistema a cada dois anos e meio para o País chegar ao ano 2010 com 100 milhões de quilowatts de capacidade instalada. É possível, diz ele, racionalizar o uso de eletricidade e diminuir o risco de racionamento, mas os cálculos são divergentes a respeito de quanto se pode economizar. Essa economia, no entanto, não elimina a necessidade de novas centrais e muito menos torna dispensável a conclusão das já iniciadas.

São em São Paulo estão paradas obras de hidrelétricas que deveriam fornecer, em conjunto,

2 milhões de quilowatts em 1992. As obras de Xingó, no Rio São Francisco, acabam de ser paralisadas por falta de recursos e, com isso, se atrasa o fornecimento de mais 3 milhões de quilowatts ficando o Nordeste sujeito a novas fases de racionamento. A primeira máquina de Xingó deveria entrar em operação em 1992. Conclusão de Orth: "Só não haverá problemas sérios com milagre, ou se, como diz o doutor Mário Behring (presidente da Eletrobrás), formos salvos por uma recessão". Mesmo a recessão, no entanto, tem efeito duvidoso: o crescimento econômico brasileiro, nos últimos dois anos, esteve longe de ser brilhante e mesmo assim a demanda de energia tem aumentado cerca de 5% ao ano.

MAIS AUMENTOS

No setor de energia, como noutras áreas de infra-estrutura, a retomada dos investimentos dependerá, em boa parte, da recuperação dos preços e tarifas. A energia elétrica, muito barata, representa hoje apenas 2,5% dos custos da indústria. Para a Eletrobrás poder investir no próximo ano, as tarifas deveriam su-

bir, de agosto a dezembro, 6% acima da variação do índice do custo de vida. Em janeiro, seria necessário mais um aumento real de 15%. Isso, pelo menos, é o previsto no orçamento encaminhado ao Congresso Nacional. Com esses aumentos e com mais alguns financiamentos internos e externos, a Eletrobrás poderia investir, em 1990, cerca de US\$ 3,5 bilhões, volume já inferior ao necessário. No entanto, há o risco de as tarifas não serem aumentadas no ritmo necessário, se o governo decidir comprimir os preços públicos para conter a inflação.

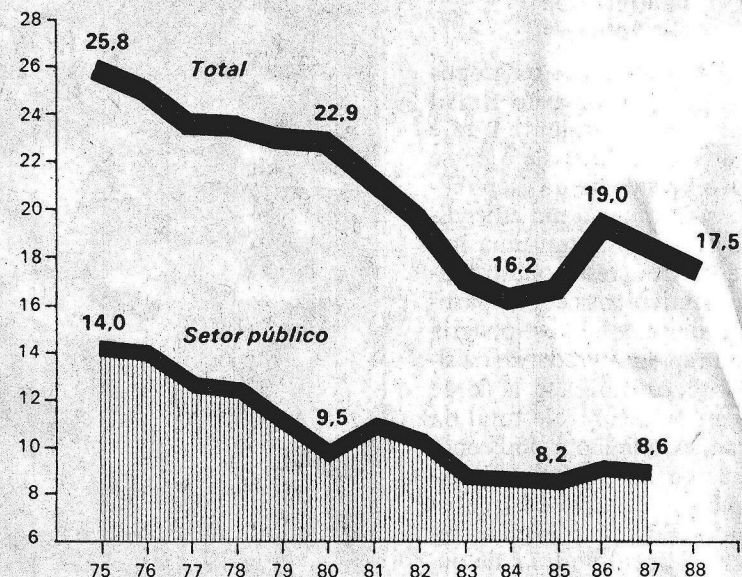
Na área do saneamento, as perspectivas são ainda mais obscuras. A nova Constituição transferiu a Estados e municípios a principal responsabilidade pelos investimentos, mas os financiamentos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) dependem de aval da União. Daí a necessidade, segundo Orth, de algum tipo de plano nacional que pelo menos fixe as prioridades para o uso dos recursos externos. A hipótese de prefeitos e governadores desfilarem pelo Bird e pelo BID com seus projetos para depois disputar o aval do Tesouro Nacional é pouco entusiasmante.

A Petrobrás, empresa tradicionalmente saudável, é mais um bom exemplo de como a defasagem de preços badenhou as finanças públicas. A Petrobrás planejou investir US\$ 3,2 bilhões neste ano, reviu seus projetos para gastar US\$ 2,8 bilhões e está investindo de fato US\$ 1,8 bilhão. Para completar, está atrasando pagamentos, "pela primeira vez na história de suas relações com a Abdib", segundo Antônio Teófilo Orth.

Se os anúncios da Abdib deixaram os brasileiros um pouco mais assustados ainda, não se sabe. Quando a inflação corre a 35% ao mês, poucas semanas antes de uma eleição presidencial, os desastres de 1992 podem parecer mais distantes que o Juízo Final.

Investimento do setor público e total

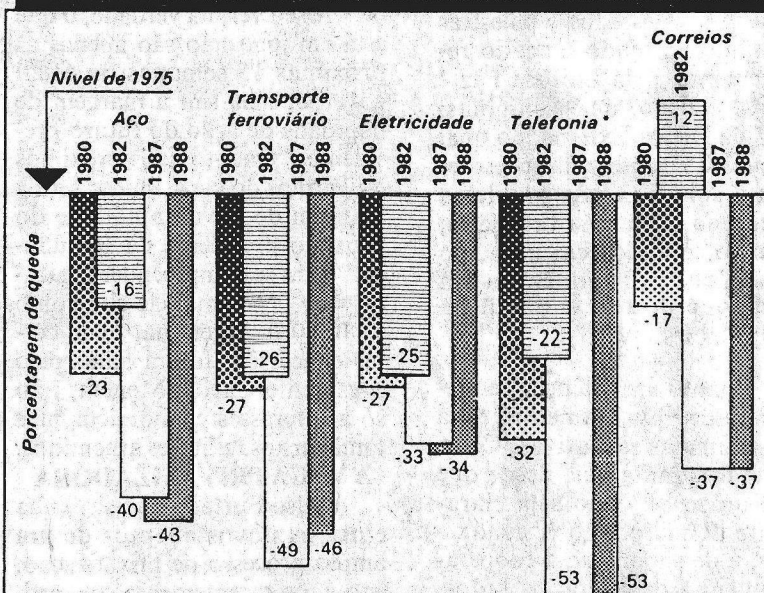
Em porcentagem do P.I.B.



Fonte: SEST e IERJ

Evolução real de preços e tarifas das empresas estatais federais

Variação percentual em relação a 1975



(*) Base: 1976 = 100
Deflator utilizado: IGP-DI
Fontes: SEPLAN/SEST, Brasil-Programa Econômico e Conjuntura Econômica.
Elaboração: DECON/ABDIB.